



Câmara Municipal de Dracena

CNPJ: 49.848.674/0001-30

Rua Princesa Isabel, 1635 – Centro – CEP: 17900-063

Telefone: (18) 3821-1800

e-mail: secretaria@camaradracena.sp.gov.br

site: www.camaradracena.sp.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação direta, por inexigibilidade de licitação (art. 74, inciso III, alínea f, da Lei 14.133/21), de curso de capacitação com o tema “Controle Interno”.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Curso especializado em elaboração e execução do orçamento público para 2026	Unidade	03	R\$ 990,00	R\$ 2.970,00

1.2. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) mês, contado do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

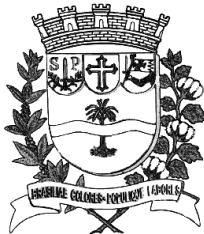
1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.970,00 (dois mil, novecentos e setenta reais), conforme custos apostos na tabela acima.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O orçamento público é instrumento essencial para a concretização de qualquer ação governamental e constitui um dos pilares fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por essa razão, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo tem intensificado a fiscalização e a crítica a orçamentos distantes da realidade municipal, que acabam sendo constantemente modificados durante a execução. Além disso, a Corte tem reprovado contas deficitárias decorrentes da superestimativa da receita, advertindo também as câmaras municipais por aprovarem orçamentos irreais e por se omitirem no dever constitucional de fiscalizar a execução orçamentária do Executivo. Soma-se a isso o crescente rigor dos órgãos de controle — como os Tribunais de Contas e o Ministério Público — na fiscalização das emendas orçamentárias de parlamentares federais.

2.2. É igualmente indispensável conhecer as inovações legais e jurisprudenciais que impactarão a elaboração do orçamento de 2026.

2.3. Outro aspecto decisivo para a qualidade do orçamento é a compatibilização entre o PPA, a LDO e a LOA, exigência legal que garante coerência entre o planejamento de médio prazo, as metas fiscais e os limites de execução anual. A ausência dessa



Câmara Municipal de Dracena

CNPJ: 49.848.674/0001-30

Rua Princesa Isabel, 1635 – Centro – CEP: 17900-063

Telefone: (18) 3821-1800

e-mail: secretaria@camaradracena.sp.gov.br

site: www.camaradracena.sp.gov.br

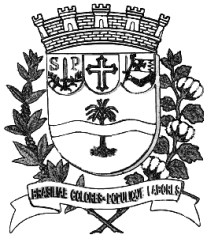
harmonia compromete o alcance dos resultados e fragiliza a fiscalização do cumprimento das políticas públicas previstas.

- 2.4. A correta classificação das fontes e a vinculação adequada das destinações de recursos são ferramentas fundamentais para a boa gestão orçamentária, pois asseguram o uso regular das receitas, o controle das aplicações vinculadas e a transparência perante os órgãos de controle e a sociedade.
- 2.5. Por fim, o acompanhamento sistemático das emendas impositivas dos vereadores — individuais ou de bancada — tornou-se essencial, não apenas para garantir sua execução conforme os percentuais constitucionais, mas também para evitar inconsistências na alocação de recursos e responsabilizações futuras dos gestores. A gestão dessas emendas exige atenção redobrada, pois envolve compromissos políticos, limites legais e impactos diretos sobre o equilíbrio fiscal.
- 2.6. Com foco na disseminação de boas práticas orçamentárias, este curso tem por objetivo capacitar os agentes públicos municipais para a elaboração e execução da LOA 2026 de forma técnica, realista e alinhada às normas vigentes, abordando temas como a compatibilização entre o PPA, a LDO e a LOA, a correta classificação das fontes e destinações de recursos, o monitoramento das emendas impositivas e a aplicação das inovações legais e jurisprudenciais mais recentes. Trata-se de uma oportunidade valiosa para qualificar os servidores no enfrentamento dos desafios fiscais atuais, promovendo maior segurança jurídica, eficiência na alocação dos recursos públicos e efetividade no cumprimento das políticas públicas.
- 2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, vide tópico '5.7 Treinamentos e Capacitação de Servidores', páginas 9 e 10.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A contratada deverá dispor à contratante o seguinte:

- 3.1.1. 3 (três) vagas para curso especializado em elaboração e execução do orçamento público para 2026.
- 3.1.2. Conteúdo programático que atenda ao objetivo de capacitar os participantes a:
 - 3.1.2.1. Compreender os fundamentos do orçamento público no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e sua relevância para a gestão fiscal municipal;
 - 3.1.2.2. Identificar e aplicar os requisitos legais e jurisprudenciais mais recentes que impactam a elaboração da LOA 2026, incluindo a possível alteração no regime de precatórios, a Portaria STN nº 1.181/2024 e os posicionamentos da STN quanto à despesa com pessoal e limites financeiros das câmaras;



Câmara Municipal de Dracena

CNPJ: 49.848.674/0001-30

Rua Princesa Isabel, 1635 – Centro – CEP: 17900-063

Telefone: (18) 3821-1800

e-mail: secretaria@camaradracena.sp.gov.br

site: www.camaradracena.sp.gov.br

- 3.1.2.3. Avaliar criticamente os riscos da superestimativa da receita e as implicações legais e de controle decorrentes da aprovação e execução de orçamentos irreais;
- 3.1.2.4. Garantir a compatibilização entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a coerência entre planejamento, metas fiscais e execução;
- 3.1.2.5. Classificar corretamente as fontes e destinações de recursos, promovendo a regularidade das receitas vinculadas e a transparência perante os órgãos de controle e a sociedade;
- 3.1.2.6. Acompanhar e gerenciar de forma técnica e legal as emendas impositivas dos vereadores, observando limites constitucionais, viabilidade de execução e riscos de responsabilização;
- 3.1.2.7. Conhecer as melhores práticas e ferramentas de gestão orçamentária utilizadas pelos órgãos de controle externo;
- 3.1.2.8. Desenvolver habilidades práticas para a elaboração de peças orçamentárias com base em dados realistas e tecnicamente fundamentados, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e responsabilidade fiscal.
- 3.1.3. Deverá prover material didático e certificado de capacitação.
- 3.1.4. Equipe de professores considerados referência na área de orçamento público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

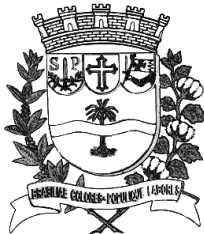
- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto se tratar de contratação por inexigibilidade de licitação de serviço não continuado, com previsão de execução de serviço de capacitação, na modalidade presencial, em que o pagamento ocorrerá somente com a efetiva prestação dos serviços.

5. DO PAGAMENTO

- 5.1. Será emitida Nota de Empenho a fim de efetivar as inscrições na capacitação.
- 5.2. Após a efetiva execução do treinamento, o pagamento poderá ser feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada na Instituição Financeira Governamental Banco do Brasil, sendo que, caso não for apresentado conta corrente



Câmara Municipal de Dracena

CNPJ: 49.848.674/0001-30

Rua Princesa Isabel, 1635 – Centro – CEP: 17900-063

Telefone: (18) 3821-1800

e-mail: secretaria@camaradracena.sp.gov.br

site: www.camaradracena.sp.gov.br

na mesma, o pagamento será realizado via TED – Transferência Eletrônica Disponível, sendo os encargos/taxas por responsabilidade da Contratada, ou ainda por boleto bancário emitido pela contratada.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 6.1. Os serviços deverão ser executados presencialmente em local designado pelo Contratado, incluindo toda a infraestrutura necessária para execução do treinamento.
- 6.2. Após a realização da capacitação, o certificado de conclusão será disponibilizado ao participante, contendo a carga horária oferecida.

Local da prestação dos serviços

- 6.3. O curso será realizado na cidade de São José do Rio Preto/SP.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- 7.2. O objeto em questão será contratado com fundamento no art. 74, da referida Lei: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) f) *treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*
- 7.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
 - a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- 7.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



Câmara Municipal de Dracena

CNPJ: 49.848.674/0001-30

Rua Princesa Isabel, 1635 – Centro – CEP: 17900-063

Telefone: (18) 3821-1800

e-mail: secretaria@camaradracena.sp.gov.br

site: www.camaradracena.sp.gov.br

- 7.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.7. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 7.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.9. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 7.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.11. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Habilitação Jurídica (conforme sua natureza jurídica)

- 7.13. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 7.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



Câmara Municipal de Dracena

CNPJ: 49.848.674/0001-30

Rua Princesa Isabel, 1635 – Centro – CEP: 17900-063

Telefone: (18) 3821-1800

e-mail: secretaria@camaradracena.sp.gov.br

site: www.camaradracena.sp.gov.br

- 7.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 7.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 7.20. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 7.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- 7.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.23. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.24. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.25. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 7.26. prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



Câmara Municipal de Dracena

CNPJ: 49.848.674/0001-30

Rua Princesa Isabel, 1635 – Centro – CEP: 17900-063

Telefone: (18) 3821-1800

e-mail: secretaria@camaradracena.sp.gov.br

site: www.camaradracena.sp.gov.br

- 7.27. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.28. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Câmara Municipal de Dracena, para o exercício vigente:

Unidade: 010101 SECRETARIA DA CÂMARA

Funcional: 01.031.0102.2102.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA

Cat. Econ.: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Dracena, 20 de agosto de 2025.

Bruna C. dos Santos Mendes

Aux. de Serviços Legislativos